



28
80

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 314522-6

Agravante: IRH-PE – Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco

Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Agravado: Waldemir José Souto Maior

Advogado: Hilário Gurgel

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJPE. MULTA DIÁRIA FIXADA EM PATAMAR RAZOÁVEL. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE.

1 A decisão fustigada encontra-se inteiramente esteada no entendimento expresso na Súmula nº 18 deste Egrégio Sodalício, segundo o qual comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao custeio do medicamento adequado ao caso, ainda que este não esteja previsto em lista oficial, razão pela qual se afigura apropriada sua manutenção.

2. A multa diária estabelecida pelo togado singular para o caso de descumprimento, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), se mostra razoável em função da gravidade e do estágio avançado da doença que acomete o paciente ora agravado, devendo ser mantida.

3. Recurso de Agravo a que se nega provimento de forma indiscrepante.



79
80

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 314522-6, em sessão realizada no dia 03 de 10 de 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 03 de 10 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 314522-6

Agravante: IRH-PE – Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco

Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Agravado: Waldemir José Souto Maior

Advogado: Hilário Gurgel

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nos presentes autos de Agravo de Instrumento, a qual, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento à interposição, mantendo a determinação de fornecimento gratuito ao agravado, portador de Miocardiopatia Isquêmica Grau IV, de 02 STENTS FARMACOLÓGICOS para a realização de Angioplastia, nos termos do laudo médico de fls. 39, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em caso de descumprimento.

Em suas razões, de fls. 68/70, pugna o Estado agravante pela reforma da decisão vergastada, sob o argumento de que não existe nos autos prova da necessidade de utilização do fármaco pleiteado em detrimento daqueles disponibilizados pelo réu, bem como que a multa diária estabelecida para o caso de descumprimento da ordem judicial se afigura exorbitante, devendo ser reduzida.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 2ª Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 03 de 10 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



81
AP

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 314522-6

Agravante: IRH-PE – Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco

Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Agravado: Waldemir José Souto Maior

Advogado: Hilário Gurgel

VOTO

Os argumentos levantados pelo recorrente não convencem sobre o alegado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

De início, ressoa importante destacar que a decisão monocrática guerreada encontra-se inteiramente esteada no entendimento de que, à luz do que preceitua o art. 196 da CF/88 e do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Neste sentido, a Súmula nº 18 deste Egrégio Tribunal de Justiça:

Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Como já observado anteriormente, ao contrário do que afirma o ora agravante, a pretensão do agravado encontra-se lastreada por Laudo Médico subscrito por profissional especialista (fls. 39), documento apto a demonstrar a necessidade e utilidade do fármaco pleiteado.

Por fim, no tocante à multa diária aplicada pelo togado singular, reitero que a mesma se mostra razoável em função da gravidade e do estágio avançado da doença que acomete o paciente ora agravado, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria a sua aplicabilidade em casos análogos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. IDOSO. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA POR



22
7p

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. O entendimento pacífico desta Corte Superior é no sentido de que é possível ao juiz - *ex officio* ou a requerimento da parte - em casos que envolvam o fornecimento de medicamentos a portador de doença grave, determinar a imposição de multa cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, objetivando o efetivo cumprimento da determinação judicial. 2. Nesse sentido, os seguintes precedentes: REsp 854.283/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 18.9.2006, p. 303; REsp 775.233/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 1º.8.2006, p. 380; REsp 804.107/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 5.6.2006, p. 252; REsp 821.033/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.4.2006, p. 194; REsp 796.215/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 1º.2.2006, p. 464. 3. Desprovemento do agravo regimental. (AgRg no REsp 963416/RS, Relatora: Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, Data da Publicação: DJe 11/06/2008) (grifei)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ANEURISMA CEREBRAL. MEDICAMENTOS. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA POR MAIORIA. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO. Preliminar de ausência de prova pré-constituída: rejeitada por unanimidade, em virtude da confusão com o próprio mérito do mandamus. Constata-se a comprovação por parte da Impetrante da necessidade do uso do fármaco TRILEPTAL (OXCARBAZEPINA) 600 mg, uma vez que tal diagnóstico foi proferido por médico especialista na área da patologia de que a Impetrante é acometida. Ainda assim, a saúde é um direito de todos, sendo, conseqüentemente, um dever estatal a sua efetivação. Trata-se de um tema diretamente relacionado à dignidade da pessoa humana e ao direito à igualdade, os quais pressupõem o Estado-garantidor, incumbindo de assegurar o mínimo de condições básicas para o indivíduo viver e se desenvolver. Portanto, cabe ao Estado assegurar o direito à saúde nessa situação devendo promover políticas sócio-econômicas destinadas a possibilitar o acesso universal igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (CF, art. 196). Entretanto, com relação às demais medicações pleiteadas em sede mandamental, quais sejam: SINVASTATINA 20mg, RIVOTRIL 0,5mg, ABLOK PLUS 50mg, CALTRATE 600+D e OMEPRAZOL 40mg, não se vislumbra a necessidade de obtenção das mesmas, uma vez que a Impetrante não comprovou a necessidade do uso dos demais fármacos, ante a ausência de declaração de médico competente de serem tais medicamentos imprescindíveis ao tratamento. **Com relação à multa majorada para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que o Estado cumprisse a liminar deferida, o STJ tem jurisprudência pacífica que, nos casos de não concessão de medicamento, cabe a qualquer instante a fixação de astreinte, de ofício, pelo magistrado, pois se trata de meio coativo de forçar o devedor, inclusive contra a Fazenda Pública.** Agravo Regimental Interposto pelo Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco: prejudicado. Em virtude da manutenção do entendimento da liminar, esvaziou-se o objeto da Interposição do Agravo Regimental n. 0162788-7/01, nada mais havendo a ser neste juízo apreciado, pois os fatos que o agravante visa



83
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

obstar tornaram-se consumados. Houve, portanto, desaparecimento superveniente do interesse processual recursal. À unanimidade dos votos, o Grupo rejeitou a preliminar de ausência de prova pré-constituída e, no mérito, por maioria, concedeu parcialmente a segurança a fim de que seja fornecido à impetrante apenas o medicamento Trileptal 600 mg, ficando fixada a multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento, ficando prejudicados os Agravos Regimentais nº 162788-7/01 e 162788-7/02. (Agravado Regimental nº 162788-7/01, Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior, 1º Grupo de Câmaras Cíveis, Data do julgamento: 9/4/2008) (grifei)

Ante o exposto, voto pelo improvimento do presente Recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 03 de 10 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator